

Entre *Jóias de Família, Trânsitos* internacionais e a Praia de Iracema: uma instigante trajetória de pesquisa

Entrevistada: Adriana Piscitelli

Antropóloga, nascida em Buenos Aires, é professora do Departamento de Antropologia Social e do Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas-SP (UNICAMP). É pesquisadora – e uma das fundadoras – do Núcleo de Estudos de Gênero (PAGU), no qual tem desenvolvido as funções de coordenadora e coordenadora associada. É autora dos livros: *Jóias de família – gênero e parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros* (Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2006) e *Trânsitos – brasileiras nos mercados transnacionais do sexo* (Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, UERJ/CLAM, 2013). Referência nos estudos de gênero e sexualidade, tem atuado como professora visitante ou convidada em universidades da Europa, dos Estados Unidos e de outros centros da América Latina. Integra o comitê editorial de importantes revistas brasileiras e estrangeiras da área de Ciências Sociais. Desde a segunda metade dos anos 1990, Adriana pesquisa prostituição e turismo sexual em Fortaleza.

Esta entrevista foi realizada por ocasião da vinda de Piscitelli a Fortaleza, em março de 2013, como convidada, para proferir conferência intitulada “Emoções, vítimas e direitos: tráfico internacional de pessoas envolvendo brasileiras”, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

Entrevistadores:

Antônio Cristian Saraiva Paiva

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade. Coordenador do Núcleo de Pesquisa sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade (NUSS).

Jania Perla Diógenes de Aquino

Doutora em Antropologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora do Laboratório de Estudos da Violência (LEV).

Jania – Adriana, eu gostaria de começar abordando sua formação acadêmica, a graduação em ciências antropológicas, na Universidade de Buenos Aires. Lá, o bacharelado dura seis anos não é? Você teve que fazer uma etnografia para concluir o curso?

ADRIANA – Eu fiz a graduação em Antropologia, em um momento muito particular. O tempo de graduação estabelecido na Universidade de Buenos Aires são cinco anos. Só que, quando estava fazendo a graduação, teve o golpe militar. A Universidade foi fechada durante um ano, então fiz o curso em seis anos. E quando ela foi reaberta, o currículo tinha sido modificado completamente. Tinham sido eliminadas várias disciplinas de Antropologia Social – cursos envolvendo etnografias – para evitar que os pesquisadores tivessem contato com o campo. Entre os antropólogos, havia uma tendência muito forte de trabalhar com os setores populares e era isso o que a ditadura estava querendo evitar, de maneira que essas matérias foram substituídas por disciplinas da História: História Antiga e História da América e da Argentina coloniais. Quando ingressei, esperava-se que o curso fosse concluído com um trabalho de campo e uma monografia; mas, com a ditadura, isso também foi eliminado. Minha monografia de graduação foi sobre um tema muito distante: sobre socialização entre os esquimós. Já que havia uma série de dificuldades para ir a campo com qualquer tema, eu escolhi um que pelo menos tinha uma boa bibliografia. Em Buenos Aires, havia uma biblioteca extraordinária, centenária, e que ainda existe, no Museu Etnográfico, e tinha trabalhos históricos sobre esquimós. O que salvava a antropologia naquele momento eram os grupos de pesquisa em instituições particulares, fora da Universidade; professores que não tinham se exilado se concentravam nesses lugares. Tive uma oportunidade extraordinária. Quando concluí a graduação, retornou ao país uma antropóloga argentina que tinha se formado em Chicago: Esther Hermitte. Ela havia feito seu trabalho de campo no México e era empiricista. Ela abriu um curso num centro de pesquisa privado que ainda existe, o IDES (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social). O IDES selecionava entre os jovens recém graduados, doze, para ela formar em pesquisa etnográfica, com forte ênfase no trabalho de campo e eu tive a sorte de ser uma das selecionadas. Ali, aprendi a fazer trabalho de campo, já naquele momento. A Esther era dura; ela fez com que cada um de nós escolhesse um recorte de campo, elaborasse um projeto que era discutido coletivamente e naquele estilo bem argentino, os projetos eram destruídos, para serem reconstruídos. Para preparar a

primeira entrevista, você formulava os questionários, levava para o grupo e o grupo avaliava. Depois, você tinha que gravar a entrevista e levava a entrevista gravada para o grupo e eles iam analisando: “Erro!”. “Aí você deveria ter ficado calado; aqui você deveria ter parado a pessoa e aprofundado”. Foi uma escola absolutamente extraordinária.

Voltando ao seminário de Esther Hermitte, eu queria trabalhar com algo que tivesse a ver com mulheres e o seminário era sobre Antropologia Médica; então, resolvi trabalhar com processos de reprodução, incluindo gravidez e parto, que era uma maneira de articular a Antropologia Médica com problemáticas vinculadas a mulheres. E foi ali que comecei a me deparar com a dificuldade de encontrar bibliografia que tratasse de mulheres, em 1979. Procurando bibliografia, comecei a descobrir as antropólogas feministas, que naquele momento trabalhavam com a antropologia da mulher. Foi a partir dessas inquietações de pesquisa que descobri os grupos feministas que estavam se reorganizando na Argentina, depois de todos os anos de ditadura, porque nem isso podia funcionar; organizar um chá feminista naqueles anos era extremamente perigoso. Mas aí já estávamos no início dos anos 80, o movimento feminista estava se reorganizando e eu comecei a participar de um grupo fantástico que era trotskista; a organização ainda existe e se chama ATEM.

Cristian – ATEM?

ADRIANA – ATEM, Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer. Foi fabuloso por que elas tinham uma visão crítica sobre a sexualidade; leituras em vários campos de saberes; e, como elas eram de uma tradição de diálogo que atravessava classes sociais, montavam grupos de discussão, aqueles grupos de autoconsciência feminista, que juntavam mulheres de classes populares com acadêmicas de classe média. Foi uma época riquíssima. Os dois últimos anos que eu passei na Argentina, já no final da ditadura, foram uma época de grande efervescência cultural, de formação e atuação de grupos.

Naqueles últimos dois anos também me juntei com um grupo de colegas para fazer uma revista de antropologia. Alugamos uma sala com nosso próprio dinheiro... Todos trabalhávamos em qualquer coisa; não existiam bolsas; equipamos a sala, chamamos as pessoas que poderiam ter interesse em publicar para darem palestras e organizarem os textos. O nosso sonho era ver a revista se materializando. Não saiu um número sequer. Olhando para trás, hoje, acho que não era para sair. Soube que há dois

anos houve uma comemoração de aniversário da Sociedade Argentina de Antropologia (SAA) e que, na ocasião, projetaram fotografias do nosso grupo, aquela organização pela qual passou muita gente, considerando-o como um dos aspectos da resistência à ditadura, de aglutinação em torno da antropologia. Enfim, o que não dava para fazer na Universidade, tentávamos fazer fora.

Naquele período, na Argentina, os poucos espaços de trabalho estavam tomados por pessoas extremamente complicadas ideológica e politicamente. Nós acabávamos trabalhando fora da universidade, em lugares diversos: trabalhei um ano no Centro de Reeducação para Alcoólatras; trabalhei com mulheres usuárias de drogas; sempre procurava trabalhar com mulheres; e também trabalhei em um Centro Multidisciplinar de Pesquisa, em um programa do município, na periferia, voltado para ampliar a percepção da diversidade cultural entre professoras da escola primária, dando-lhes elementos para interagir com crianças imigrantes e indígenas.

Depois disso, quis sair para fazer uma pós-graduação em Antropologia, que nesse momento não existia na Universidade de Buenos Aires. Na época, eu compartilhava o desconforto de muitas pessoas com os saberes do “primeiro mundo”, procurava uma antropologia latino-americana e imaginava que os lugares para encontrá-la eram o Brasil e o México. Aí vim primeiro para o Brasil.

Jania – Foi nesta viagem que você fez o primeiro contato com a pós-graduação da UNICAMP?

ADRIANA – Sim. Adorei essa viagem. Vim visitar os programas que me indicaram como os melhores naquele momento: USP, UNICAMP e Museu Nacional da UFRJ. Visitei os três. Na época, gostei mais da UNICAMP porque era um momento em que lá havia grande número de pessoas de fora, o que tornava a instituição muito acolhedora. Na minha turma do mestrado, acho que tinha uma ou duas pessoas de Campinas; os demais vinham de diferentes partes do país e do exterior. Era uma universidade extremamente aberta; então, prestei seleção ali mesmo.

Cristian – Isso em que ano, Adriana?

ADRIANA – Em finais de 1983. Naquela época, o correio na Argentina funcionava muito mal. Enviei as “cartas de recomendação” exigidas no

processo seletivo, mas o resto do material se perdeu. Tive sorte porque na visita que fiz à UNICAMP tinha conhecido a então chefe do Departamento, professora Bela Bianco. E, naquele momento, havia na UNICAMP um aluno de mestrado argentino, Néstor Perlongher. Ele estava viajando a Buenos Aires e Bela recomendou que ele me procurasse urgentemente para que eu enviasse o material que não tinha chegado. Em Buenos Aires, Néstor se hospedava na casa de uma feminista histórica chamada Sara Torres. Chegando lá, ele disse à Sara que tinha que procurar a Adriana Piscitelli. Havia um imenso comício de protesto naquele dia. Então, a Sara disse: “Ah, vamos ao comício hoje que ela vai estar lá”. Eu estava lá, carregando um cartaz da ATEM e chega o Néstor e avisa que meus papeis se perderam. Fiquei muito preocupada. Ele me deu o telefone da Bela e saí correndo da Praça de Maio. Deixei meu cartaz com o Néstor, que ficou carregando-o durante todo o comício. Foi naquele momento inusitado que o conheci. Da Praça de Maio, telefonei para a Bela. Fiz cópia de tudo e enviei a Campinas. E foi assim que cheguei à UNICAMP.

Jania – Na condição de estrangeira, recém-chegada, a pós-graduação da UNICAMP correspondeu às suas expectativas?

ADRIANA – Sim. Cheguei à UNICAMP em um momento muito feliz, porque tinha uma série de professores de primeiríssima linha e eles tinham contato muito próximo com os alunos. Além disso, minha turma de mestrado foi espetacular; ainda sou amiga de boa parte deles. Viajava com eles para as suas cidades. Em um desses passeios, fui parar em Monte Santo, no Sul de Minas, na casa de uma amiga cujos pais eram fazendeiros que cultivavam café. Eu sentava no alpendre da casa e conversava muito com eles e com as visitas, no final da tarde. Às vezes, não acreditava nas histórias que contavam. Eram histórias de amores, casamentos, paixões, heranças, terras... Aí resolvi fazer a minha dissertação de mestrado naquele lugar. E juntou tudo isso com outra coisa maravilhosa: de entrada na UNICAMP, fui “adotada” por Mariza Corrêa. Ela olhou para mim passando no corredor e disse: “você é a argentina; li seu trabalho e vou orientar você”. Ela se encantava com o tema das famílias. Então, levei adiante minha pesquisa lá em Minas, orientada por Mariza, que acompanhou toda a minha trajetória acadêmica.

Jania – Os grupos de pesquisas já existiam? Como funcionavam?

ADRIANA – Na época, estavam se formando grupos de estudo sobre sexualidade, sobre família, sobre mulher, retomando inquietações presentes na UNICAMP desde finais da década de 1970, quando houve um par de famosas “Semanas da Mulher”. Falávamos em criar um centro de pesquisa, que era uma ideia muito cara à Mariza.

Em 1988, ficamos sabendo que tinha um curso com Kate Young, uma reconhecida antropóloga feminista na Inglaterra. Ela estava abrindo esse curso para pessoas de diferentes partes do mundo, *Women, Men, Gender and Development*. Suspendi meu mestrado e fui para a Inglaterra estudar na *University of Sussex*, e foi uma experiência extraordinária porque convivi com mulheres africanas, asiáticas e latino-americanas. Até esse momento, nunca tinha me deparado com a ideia de não ser branca ou de não ser branca de classe média, e, nesse sentido, essa experiência foi muito rica. Nunca mais enxerguei o mundo e as coisas da mesma maneira. Quando voltei, já foi possível articular mais professores para montar o PAGU e Mariza organizou várias reuniões com esse fim. Delas participaram vários professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), incluindo Elisabeth Lobo – que era professora da USP, mas que passava temporadas como professora convidada na UNICAMP – e Néstor. Elisabeth foi uma professora importante na história do trabalho; era vinculada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e foi uma das precursoras nas reflexões sobre teoria de gênero mais contemporânea no Brasil. Através dela, conhecemos o trabalho de Joan Scott, no final dos anos 80. Ela era extraordinária, mas morreu muito jovem, num acidente. Era casada com Marco Aurélio Garcia, também professor da UNICAMP, e meu amigo. Marco Aurélio e Néstor moravam em São Paulo e se hospedavam na minha casa, em Campinas, no período de aulas. Beth tinha ido para os Estados Unidos e comprou uma bibliografia extraordinária, super recente; naquela época, não havia *internet* e a gente pedia para que ela achasse e trouxesse tudo o que fosse possível para xerocarmos para o curso, que seria ministrado por ela. Quando ela morreu, Marco Aurélio nos emprestou o material que Beth tinha reunido. E aí fizemos, em formato de grupo de estudo, em 1991, o curso que ela tinha montado. Essa é a base, em termos acadêmicos, da organização do PAGU. Um par de anos depois, em 1993, o PAGU ganhou existência oficial, como Núcleo de Pesquisa da UNICAMP.

Jania – Desde que foi fundado, o PAGU funciona no espaço físico da UNICAMP?

ADRIANA – Sim, no início funcionava numa sala que, hoje, é a biblioteca do PAGU. O Néstor participou das várias discussões iniciais; mas, a essa altura, quando a Beth morreu, ele já estava seriamente afetado pela doença e já não viajava. Então, o Néstor se perdeu nesse caminho por causa da doença e a gente começou com a biblioteca da Beth.

Cristian – Naquele momento inicial, ele integrava o PAGU?

ADRIANA – Sim, mas o PAGU não existia oficialmente, nem tinha esse nome. Era como se fosse um grupo de reflexão. Participavam alguns professores: Stella Bresciani, Suely Kofes, Mariza Corrêa, Ana Maria Goldani, Leila Algranti, Margareth Rago... Nesse momento, eu estava na transição para o doutorado e também era uma das participantes. Havia outras alunas: Karla Bessa, que hoje é pesquisadora do PAGU, e Carla Bassanessi, que saiu após terminar o doutorado, e hoje participa de uma editora em São Paulo. Montamos o primeiro projeto de pesquisa, um projeto super bonito, que se chamava *Histórias e memórias femininas* que articulava todo mundo. Tinha pouco dinheiro, mas isso não era o mais relevante; o importante era ter algo que nos articulasse. Nesse percurso, foi possível institucionalizar o PAGU, em 1993; àquela altura, já tínhamos uma trajetória: alguns anos de trabalho de pesquisa e de reflexão e também tínhamos os *Cadernos PAGU*. O primeiro número foi feito na gráfica do IFCH. Cada uma das participantes entregou um texto. Já entre o segundo e o terceiro números, Mariza, com experiência de participação em publicações, organizou um comitê editorial. Uns quatro anos depois, obtivemos o primeiro financiamento do CNPq; e o trabalho, aos poucos, foi se tornando mais profissional e a revista foi crescendo. Lentamente obtivemos vagas de pesquisador para o Núcleo. Fui contratada na primeira vaga que foi disponibilizada.

A constituição do PAGU está associada a um “momento teórico” nos estudos feministas, quando várias autoras começam a trabalhar, numa linha pós-estruturalista, com a categoria gênero. Isso tornou possível que o Néstor se articulasse conosco. Ele pesquisava prostituição homossexual e, embora o referencial feminista “clássico” fosse importante para ele, não era suficiente, porque ele estava colocando questões que na ocasião não conseguíamos nomear, mas que se relacionavam com as novas concepções de gênero.

As temáticas do PAGU foram muito diversificadas; até hoje são. No entanto, parece que o que ficou mais visível foi a problemática da sexu-

alidade. Mas no Núcleo há pessoas que vêm do Instituto de Geociências que trabalham com gênero e política científica, gênero e a história da ciência, com relações de trabalho, com produção cultural... Talvez a questão da sexualidade tenha se tornado mais visível porque, durante cinco anos, vários de nós, integrantes do PAGU, estivemos articulados em um projeto temático¹ no qual o trabalho com sexualidade era muito forte. No eixo de sexualidade, tínhamos: Bibia (Maria Filomena Gregori), Júlio Assis Simões e eu; e foram se juntando vários orientandos nossos que hoje têm uma reconhecida trajetória na área: Larissa Pelúcio, como pós-doutoranda; Regina Facchini, que hoje é pesquisadora no PAGU; Camilo Albuquerque Brás, Isadora Lins França... O tema aglutinou muita produção; ao redor dele organizamos vários seminários e, assim, a questão da sexualidade ficou com maior destaque. Mas, até hoje, tem uma diversificação grande nos trabalhos. Ainda sobre a questão da sexualidade, embora não fosse o foco, ela apareceu de maneira significativa no mestrado, naquela pesquisa que comentei, que foi uma das pesquisas que mais curti na vida. Foi muito bonita e inovadora na época.

Janina – Você poderia falar um pouco mais sobre essa pesquisa, o tema, as questões que você levantou sobre os casamentos?

ADRIANA – Essa pesquisa tratou das articulações entre estratégias matrimoniais e noções de amor, em várias gerações de fazendeiros de café. Articulava o trabalho com fontes históricas, abarcando um período de cem anos, com material qualitativo colhido com três gerações das duas principais famílias do lugar. Eram as duas principais famílias em termos políticos e econômicos. A questão do casamento era relevante porque a principal forma de manter o patrimônio, até certo momento, era basicamente através do casamento entre primos. Não se cogitava a possibilidade de aliança, casando com o grupo oposto. Essa pesquisa era inovadora em termos metodológicos, porque articulava o trabalho com fontes, com documentos, como registros de casamento, nascimentos, cartas de amor, etc; e entrevistas em profundidade, procurando perceber como nas narrativas se produziam articulações entre gênero e memória. E em termos teóricos, porque num momento em que se estava difundindo o marco teórico de Bourdieu, na segunda metade dos anos 80, minha questão era se o amor era capaz de operar, desestabilizando o *habitus*. E fui me deparando com questões de sexualidade – porque havia um corte quase dramático, entre a geração mais jovem que, naquele momento, era próxima da minha e as

anteriores –, em termos de noções de amor e de sexualidade. Foi muito gostoso trabalhar com tudo aquilo. As fazendas de café ainda estavam em funcionamento nas mãos das famílias. Era possível visitar os locais onde tinham funcionado as senzalas, onde os escravos trabalhavam com o café. Havia uma fazenda projetada por arquitetos italianos que tinha ainda o teto original pintado com anjinhos. Essa pesquisa acabou não sendo publicada como tese, mas alguns capítulos foram publicados no exterior e viraram referência nos estudos de gênero, história oral e memória. Isso foi reconfortante, porque foi o trabalho mais bonito que fiz.

Jania – E as herdeiras dos grupos empresariais – tema de sua tese de doutorado, *Jóias de família* –, como é que estas personagens entram no seu universo de pesquisa?

ADRIANA – Entraram por uma questão, sobretudo teórica; porque havia várias discussões importantes sobre parentesco e herança que eu não tinha contemplado no mestrado, e também em função da perspectiva de gênero da qual eu estava me aproximando. Decidi, no doutorado, enfrentar essas questões apoiando-me nas novas leituras, particularmente as feministas, sobre gênero e parentesco. Fui às grandes famílias que tinham sido relevantes em termos de constituição de grupos empresariais brasileiros, em diferentes partes do país, mas com abrangência nacional. Trabalhei com os Matarazzo, os Lundgren das [lojas] Pernambucanas, as famílias vinculadas à Sadia e os Diniz, do grupo Pão de Açúcar. Eu os escolhi porque cada um desses grupos tinha aberto ou fechado, de maneiras radicalmente diferentes, as possibilidades de as herdeiras assumirem os negócios. Mas, tive que trabalhar muito com fontes escritas porque o acesso às famílias naquele momento foi muito difícil. Algumas pessoas às quais tive acesso me deram entrevistas, mas não consentiram que as utilizasse em publicações. Utilizo-as na tese, mas não no livro, respeitando o compromisso assumido.

O meu doutorado foi longo, porque nos anos que passei nele, gastei a maior parte do tempo me ocupando da montagem do PAGU. Só fui defender a tese quando estava acabando o prazo que me concedia o contrato de pesquisadora – ainda estava no estágio probatório. Nesse momento, já tinha interesse no turismo sexual em Fortaleza. Assim, antes da concluir a versão final da tese, interrompi a escrita para escrever um projeto que apresentei ao Edital da Fundação Carlos Chagas/McArthur sobre masculinidades. E já obtive um financiamento para vir trabalhar essa problemática em Fortaleza, em 1999.

Jania – Adriana, por que você se interessou por esta temática? Você já tinha vindo aqui a Fortaleza antes?

Cristian – Isso; como é que esta temática se mostrou relevante para você?

ADRIANA – Frequento Fortaleza desde 1985; Fortaleza e o Ceará. Vinha todos os anos, às vezes, mais de uma vez por ano. Fui acompanhando muitas coisas: a violência do crescimento do processo turístico e a destruição que o acompanhou. Sou daquela leva que foi para Jericoacoara quando nesse lugar ainda não havia hotel, nem restaurante. E havia um lugar em Fortaleza onde eu adorava ficar, que destruíram, arrancando um pedaço de mim, que foi o Hotel Colonial. Ficava na rua Barão de Aracati; acho que foi o segundo hotel de praia construído em Fortaleza, no início da década de 1960. Tinha um jardim maravilhoso, planejado por Burle Marx, era um hotel térreo, com apenas um andar de cima, quartos muito simples, e a melhor piscina de Fortaleza: imensa, sem vento, sem sombra. Esse era um momento de *boom* das adoções internacionais. Uma das exigências para adotar era que os pais adotivos estrangeiros passassem um período com a criança aqui. Muitos pais adotivos iam para o Hotel Colonial por causa da piscina e do jardim. Eu ficava lá olhando aqueles casais brancos com aquelas crianças morenas; aquilo me chamava muito a atenção e me preocupava. Nesse momento, propus um projeto sobre adoção internacional que não foi aprovado. Nesse período, finais dos anos 80, eu ia para a Beira-mar e começava a ver a problemática do turismo sexual. Via estrangeiros com meninas muito novas, que entravam e saíam dos hotéis, tranquilos. Fui acompanhando todos esses processos e, a partir das leituras que vínhamos realizando no PAGU, estava alucinada com a questão das interseccionalidades e também com as leituras feministas pós-coloniais que analisavam a exploração e o “aproveitamento” do “terceiro mundo” pelo “primeiro”. Assim, quando fiz meu parêntese na escrita da tese para elaborar o projeto sobre turismo sexual, essa problemática para mim era um recorte, como poderia ter sido, antes, adoção internacional. Não era a questão da sexualidade que me chamava a atenção; era o fato de ser um problema relevante sobre as relações entre “primeiro mundo” e “terceiro mundo”, ou países do Norte e países do Sul, e que estava permeado pela intersecção entre gênero e outras categorias de diferenciação. Este projeto foi aprovado. Então, escrevi a conclusão de “Jóias de família” no Hotel Colonial, já fazendo campo sobre turismo sexual. Lembro que, entre o momento em que depusitei a tese e a data da defesa, fiz uma viagem a

Portugal, por um convênio de pesquisa, e já fiz trabalho de campo em Portugal com homens interessados em vir ao Brasil em busca de sexo. Depois, no verão, em 2000, vim e fiz a primeira fase de campo pesada, que foi muito pesada. Acho que nesses primeiros três meses de 2000 saíram os *insights* que permearam o resto do trabalho que foi, sobretudo, comprovação deles. Em 2000, era uma dinâmica muito gritante... Ali, decidi, propositalmente, não me concentrar em crianças.

Cristian – E como foi o trabalho de campo?

ADRIANA – O trabalho de campo foi fascinante. Em primeiro lugar, tive ótimos financiamentos, o que era importante porque era uma pesquisa cara. Embora eu tivesse muito conhecimento sobre Fortaleza, amigos e família na cidade, eu tinha que estar no meio daquelas dinâmicas para fazer um bom trabalho de campo. Precisava alugar um *flat* ou pagar um hotel em alta temporada, um assistente de pesquisa para poder me deslocar com segurança nos lugares certos. Isso foi possível, graças à generosidade da bolsa da Fundação Carlos Chagas/MacArthur e aos financiamentos posteriores da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). A irmã de uma amiga dirigiu a FEBEM-CE (Fundação do Bem Estar do Menor, Ceará) aqui de Fortaleza, na Beira-mar. Através dela e dos contatos que ela realizou, consegui entrar na “zona do Farol”, no Serviluz, e em vários lugares cujo acesso teria sido muito difícil para mim, sozinha, e sendo uma pessoa “de fora”. Dependendo do lugar, fui escolhendo os acompanhantes, homens ou mulheres. Uma vez entrosada nos circuitos, tive acompanhantes “gringos” para ir às boates. E isto era fantástico, porque dependendo de com quem eu fosse, a aproximação das pessoas era diferente. Se eu ia com um cearense, todo mundo nos ignorava. Se ia com um holandês, algumas meninas vinham se oferecer porque achavam que era um casal estrangeiro procurando serviços sexuais. Assim, as redes que montei me ajudaram no sentido de me oferecer pessoas que pudessem me facilitar o trânsito por todos esses lugares.

Cristian – Isso era na Praia de Iracema?

ADRIANA – Isso foi na Praia de Iracema, na Praia do Futuro e um pouquinho no Farol; mas, depois, também nos bairros das meninas, mais espalhados. Barra do Ceará, Messejana, e também praia de Iracema e Beira-Mar. A Praia de Iracema era outro mundo na época desse trabalho

de campo; era um mundo no qual as interações que descrevo nos artigos eram possíveis porque era um espaço inteiramente misturado. Tinha muitas pessoas de classe média. Aquelas mulheres que vimos há dois dias, com Jania, quando fomos ao Forró Mambo pareciam profissionais mais velhas; muitas pareciam de fora daqui, pela “corporalidade”. Na época em que pesquisei, as garotas procuravam não se diferenciar da classe média local e criar distância dos estereótipos da prostituição, favorecendo a ambiguidade das relações com estrangeiros. Nesses espaços, era raro que aparecessem vestidas de maneira hipersexualizada, aquilo que correntemente se associa com a ideia de estar vestida para “fazer programa”. Nos bares, locais abertos, estava cheio de estrangeiros, estava cheio de garotas que tentavam ser chiques “como as moças da Aldeota”. Teve um espaço pequeno que abriu em frente ao Pirata. Júlio (proprietário do Pirata, tradicional casa de Forró da Praia de Iracema) ficou enlouquecido. As moças atendiam com umas peças de roupa como umas mini saias e sentavam no colo dos homens. Mas esse local durou pouco porque, naquele momento, este tipo de espaço não fazia sucesso. O que os turistas procuravam era “normalidade”. E boa parte das meninas que se ofereciam eram “discretas”.

Cristian – Adriana, por que a decisão de não estudar as adolescentes e suas relações com os turistas?

ADRIANA – O que me trouxe para Fortaleza foi, sobretudo, uma inquietação teórica: compreender a relação entre categorias de diferenciação e a agência/agency que essas intersecções possibilitavam no marco de relações desiguais. Se me centrasse em crianças e adolescentes, estaria trabalhando com um crime, de exploração sexual e, provavelmente, com situações de miséria. O turismo sexual envolvendo oferta de serviços sexuais por mulheres maiores de 18 anos não é crime. E boa parte das mulheres com as quais trabalhei não eram miseráveis, em termos locais. Esse conjunto de aspectos facilitava perceber as margens de agência, mesmo em situações de desigualdade. Algumas das meninas com as quais trabalhei, de fato, eram adolescentes; mas elas só me disseram isso depois de terem feito 18 anos. Eu as conheci com 16, 17, elas tinham documentos falsos.

Jania – É interessante que esse seu trabalho de campo com as jovens de Fortaleza e as relações destas jovens com os turistas estrangeiros caminhou,

de modo bastante espontâneo, para a temática da migração internacional. Você teve várias interlocutoras de campo que migraram para a Europa, não foi? Qual a relação deste fenômeno com aqueles casos classificados como “tráfico de pessoas”, por militantes dos direitos humanos e textos jurídicos?

ADRIANA – A etnografia em Fortaleza me levou à Europa, acompanhando a dinâmica do campo. Naquele período, entre 2000 e 2002, eu fazia pesquisa no *Desigual*, que era um bar da Praia de Iracema. Nele, havia uma disputa interna entre as “garçonetes” (elas não se consideravam prostitutas, porque não faziam programa) e as mulheres que as garçonetes chamavam de “garotas de programa”. Entre estas, algumas se consideravam garotas de programa e outras não. E todas elas disputavam os mesmos homens. Aquelas mulheres jovens, praticamente todas, foram embora para a Europa; a maior parte para Itália, porque os turistas as convidavam e as levavam. Várias das minhas entrevistadas, as que ficaram mais próximas, amigas, foram para a Itália. Pensei: “Bom, então vou atrás delas na Itália”. Eu não pensava em tráfico de pessoas, na época. Segui-as na Itália e foi interessante porque na mesma turma de amigos italianos, uma parte tinha casado com “garçonetes” e outra com as meninas que as garçonetes consideravam “meninas de programa”. A interação era tensa, elas se detestavam. Porque as “garçonetes” não deixavam de fazer distinções entre elas; enquanto eles, os homens, não faziam diferença. Encontrei com elas na Itália e demorei muito para pensar de modo positivo as mudanças que tinham acontecido na vida delas. Vendo-as na Itália, me decepcionei: aqui, eram autônomas, com projetos, sempre alegres... E na Itália, eram donas de casa preocupadas com a limpeza da casa; algo que aqui era irrelevante. Foram para a Itália e viraram algo assim como “rainhas da domesticidade”. Demorei para entender o que aquilo queria dizer. Mas elas estavam bem; estavam felizes com o *upgrade* que tinham dado na vida. E nesse percurso, mulheres que, segundo elas, no primeiro momento não estavam apaixonadas – mas sempre tiveram respeito e consideração pelos companheiros – foram transformando as narrativas sobre os seus sentimentos. A maioria delas casou porque queria permanecer na Itália, na Europa. Só que, com o tempo, conforme seus relatos, foram se apaixonando.

Nesse percurso, era chamada para participar de seminários sobre “tráfico de pessoas” e eu dizia: “mas eu não trabalho com tráfico de pessoas, eu trabalhei com turismo sexual e migração”; e os organizadores diziam:

“Ah, tudo bem, serve igual”. Eu ia, falava das pesquisas e as perguntas das plateias eram chocantes: “E essas mulheres traficadas?”. Eu respondia: “Não, eu não usei a palavra tráfico nenhuma vez; falei de migração e falei de turismo sexual”. E a plateia continuava repetindo os mesmos termos como se não tivesse ouvido o que falei. Mas no meu universo de pesquisa, tirando os poucos casos em que as meninas eram adolescentes – o que configurava exploração sexual de crianças e adolescentes – no resto não havia crime nenhum; nem entre aquelas que faziam programa, nem entre as que não faziam programa. Por que? Era uma atividade autônoma. Aqui na Praia de Iracema, naquele momento, havia muito espaço para a realização de programas sem esquema de agenciador; as minhas entrevistadas meninas iam para os hotéis deles, brigavam entre elas, mas não havia mediadores regulando as relações entre elas e os estrangeiros. Além disso, o fato de os homens as convidarem para ir para o exterior e enviarem as passagens, não configurava, em si, um crime; e só provocava escândalo quando se tratava de jovens pobres. Quando eu entrevistava meninas de classe média, universitárias, era o mesmo mecanismo. Conheciam um “gringo” na Beira-mar, ele enviava a passagem, ela ia para o país dele. Aquilo não era compreendido como turismo sexual. Mas, quando acontecia com as meninas da periferia que circulavam pela Praia de Iracema, sim, era turismo sexual. Analisando situações as mais diversas, envolvendo mulheres locais e homens estrangeiros, havia situações de violência, sim. Cada categoria de mulheres com as quais trabalhei, inclusive as mulheres de classe média, tinha uma história de violência para contar: uma tentativa de assassinato, uma situação de cárcere privado... Acontecimentos que não tinham relação direta com tráfico de pessoas. Mas, percebendo a insistência em vincular essas dinâmicas de contato e de migração com tráfico de pessoas, resolvi considerar essa problemática.

Em 2004 e nos anos seguintes, o país tido como o que recebia a maior quantidade de mulheres brasileiras em situação de tráfico de pessoas era a Espanha. Iniciei uma pesquisa naquele país. No entanto, era difícil considerar as viagens das minhas entrevistadas como “tráfico de pessoas”, tendo como base a definição do Protocolo de Palermo² a esse respeito. Já, considerando o Código Penal brasileiro, a situação era outra. Aqui precisamos nos deter para pensar na diferença entre as duas disposições legais. No Protocolo de Palermo, a noção de tráfico de pessoas está centrada no uso de violência, fraude ou abuso de uma situação de vulnerabilidade, em algum momento do processo de deslocamento, para submeter uma pessoa

a uma situação de exploração em trabalho forçado em qualquer atividade, ou de exploração sexual. Essa ideia de violação do consentimento, presente no Protocolo de Palermo, como elemento que define o crime, não está presente no Código Penal que, até hoje, tipifica o crime de tráfico internacional de pessoas como facilitação para exercer a prostituição no exterior ou para chegar do exterior a exercê-la no país. E a ideia de facilitação pode ser ampla, incluindo diversos tipos de ajuda. Só que as pessoas que se deslocam para exercer alguma atividade, dificilmente o fazem sem ajuda, algum contato, relação ou vínculo. Nesse sentido, todas as minhas entrevistadas poderiam ser consideradas traficadas, segundo o Código Penal, pois todas tinham tido ajuda para se deslocar e se instalar no exterior, para exercer trabalho sexual.

Observe-se que na formulação anterior do Código Penal, de 1940, o crime era exclusivamente de tráfico internacional de mulheres. Na alteração de 2005, o crime passou a ser tráfico de pessoas, não exclusivamente de mulheres, e pode ser nacional ou internacional. Quando o crime passou a ser pensado não em função de mulheres, mas de pessoas, e para o território nacional, começou a atingir as travestis; estas, em um primeiro momento, ficaram atordoadas porque essas práticas (isso a Flávia Teixeira³ mostra muito bem) de deslocamento para oferecer programas faziam parte até dos circuitos de sociabilidade. Porém, de repente, elas se tornavam vítimas e, muitas vezes, criminosas, quando pensadas como “facilitadoras”. Maia Sprandel, José Miguel Olivar e eu organizamos um *workshop* sobre tráfico de pessoas – integrando a programação do 35º Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), em 2011 – que foi, nesse sentido, muito interessante. Participou dessa atividade uma travesti de Uberlândia-MG. Havíamos pedido que cada participante pensasse sobre as disposições legais relativas ao tráfico de pessoas, refletindo sobre como tais disposições tinham contribuído, ou ao contrário, interferido negativamente no trabalho de defesa dos direitos das pessoas que elas apoiavam. Havia participantes vinculados à defesa dos direitos de migrantes; outras a organizações de apoio às trabalhadoras do sexo. E Pâmela, uma das participantes, representava as travestis. Começou narrando uma história. Ela tinha uma “casa de travestis” na beira de um rio. As casas de travestis abrigam várias travestis, pois com frequência elas têm dificuldades para alugar moradias, assim como para se hospedar em hotéis. Pâmela criou essa casa onde elas dormiam, comiam, por uma diária, acho que era de R\$ 30,00 (trinta reais), com pensão completa. Isto não tem relação

com o exercício da prostituição. Um dia ela acordou com um barulho e encontrou a Polícia na porta, em helicóptero, em barco, uma verdadeira força-tarefa. Ela se deu conta de que a sua casa tinha sido denunciada e ela estava sendo procurada como traficante. E dizia à Polícia: “Olha, as meninas me pagam a diária porque elas moram aqui, não é que eu alugo ponto para elas ou me beneficio daquilo. Às vezes, elas viajam e me telefonam e dizem: ‘Ô, Pâmela, eu estou no Maranhão, sem dinheiro para viajar!’ . Aí eu mando dinheiro para ela voltar”. Pronto. Foi tudo o que eles queriam ouvir; isso pode ser classificado como aliciamento ou facilitação. Foi aberto um processo contra ela. Mas, na verdade, a vida na casa da Pâmela, pelo que conheço, é uma vida comunitária como em muitas outras casas de travestis. É onde elas vivem, têm sua “família”, festejam os seus aniversários...

Em 2009, novas alterações no Código Penal⁴ tornaram a tipificação mais complicada: a prostituição passou a ser pensada como uma forma de exploração sexual. No Protocolo de Palermo, a exploração não é definida; mas, como nele, são parâmetros para a exploração em outras atividades as noções de “trabalho forçado”, “escravidão” e “servidão”, é possível supor que a exploração da prostituição remeta também à ideia de prostituição forçada. Considerando que o Brasil ratificou o Protocolo de Palermo, estamos diante de um problema, ou de uma confusão conceitual: um crime conceituado de maneiras diferentes.

De acordo com o Código Penal, praticamente todas as minhas entrevistadas teriam sido traficadas. Embora viajassem por sua vontade e como parte de um projeto próprio, todas tiveram ajudas que poderiam ser lidas como facilitação. Lendo suas trajetórias a partir do Protocolo de Palermo, as viagens de algumas entrevistadas estavam claramente fora da noção de tráfico de pessoas; e, em outros casos, havia situações “cinza” ou nebulosas, na medida em que, em algum momento, elas pagaram dívidas. Embora não tenham tido seus passaportes retidos, nem estado em situação de cárcere privado ou deixado algum percentual do que ganhavam nos estabelecimentos nos quais trabalharam. Essa nebulosidade está presente em trajetórias de muitas pessoas que migram para trabalhar na “indústria do sexo”. O problema é que se costuma fazer um caminho fácil para chegar à conclusão de que essas situações, necessariamente, remetem a casos de tráfico de pessoas e violações de direitos humanos. Se levássemos esses casos a sério, mergulhando fundo neles, surgiria uma série de perguntas importantes; algumas delas iriam além dos problemas e ambiguidades nas tipificações do crime. Como reforçar os direitos das pessoas em si-

tuações de deslocamento? E das pessoas envolvidas no trabalho sexual? Como as disposições legais se relacionam com condenações morais? Se conseguíssemos reforçar direitos, provavelmente teríamos menos violações de direitos, não apenas por parte de traficantes, mas também em relação às ações dos estados nacionais, particularmente com pessoas estrangeiras em situação migratória irregular.

Cristian – Adriana, na sua conferência aqui no Programa de Pós-Graduação em Sociologia você procurou tensionar a categoria de *vítima*, analisando eventuais usos políticos feitos atualmente desta categoria; e, pelo que entendi, você a mobilizou, para problematizar a ideia de vitimização, pensando um pouco a categoria *agência*. Poderia falar um pouco, agora, sobre como você retoma a “agência”? Porque esse conceito vem, principalmente, de uma sociologia inglesa... Giddens, por exemplo, trabalha muito com essa noção de agência, não é?

ADRIANA – Na verdade, trabalho a ideia de agência numa perspectiva antropológica. Há linhas sociológicas que pensam nas dinâmicas entre agentes e estruturas, às vezes polarizando-as. Essas linhas trabalham com noções de autonomia, racionalidade e escolha. Entre as leituras antropológicas, gosto particularmente das formulações de Marilyn Strathern. Ela pensa em agência como capacidade de agir. De acordo com ela, alguém age tendo o outro em mente; mas, a capacidade de agir não é associada ao livre arbítrio, nem à escolha. Os agentes operam no âmbito de um repertório cultural que oferece certas possibilidades, no marco das quais tem lugar a ação. Não se trata necessariamente de resistência. Na palestra, tentei explicar que muitas vezes eu, assim como outros pesquisadores, tinha me oposto ao discurso englobante do tráfico que afirma que as mulheres em situações de deslocamento para o trabalho sexual são vítimas, destacando a agência delas. No entanto, esse caminho analítico, contrapondo as vozes das pessoas e mostrando suas margens de agência, não tinha sido útil para interferir nos discursos sobre tráfico de pessoas. E acho que não foi útil porque muito desse debate está ancorado numa moral humanitária que requer a existência dessa noção de vítima. Recorro aqui aos argumentos do Didier Fassin, para quem no marco dessa moral se produz uma ideia de vítima para poder sustentar certos discursos e ações. Essa moral humanitária, que é complexa, é utilizada tanto pelas ONGs que defendem direitos humanos como para justificar ações militares que violam direitos humanos com a justificativa

de resgatar, salvar, vítimas. A questão é que essa moral cria uma noção de vítima que não tem ancoragem empírica. É uma vítima ideal que não corresponde a pessoas concretas. Fassin mostra como, em uma série de intervenções diversificadas, a vítima não aparece, a vítima não tem voz. O que importa é a testemunha para dizer que aquela pessoa é vítima; porque se a vítima falar, ela se afastará da noção de vítima ideal; ela terá uma trajetória, uma biografia, que anulará o seu estatuto de vítima [ideal]. Nas discussões sobre tráfico de pessoas, um problema apontado recorrentemente é que há pouquíssimas pessoas que se apresentam como vítimas desse crime. E se pensa que isso ocorre porque as pessoas sentem medo dos traficantes, ou vergonha de se reconhecerem como tais. Tentei realizar outro percurso, explorando os efeitos que o reconhecer-se como “vítima de tráfico de pessoas” oferece às supostas vítimas. E, tomando como referência minha pesquisa na Espanha, cheguei à conclusão de que oferece muito pouco; mesmo que as pessoas se reconheçam como vítimas, esse estatuto dificilmente era reconhecido pelo Estado espanhol.

Jania – É muito complexo porque a centralidade assumida pelo termo “vítima” configura um tipo de captura desta categoria pelos sistemas classificatórios e discursos do estadismo. Isso, em alguma medida, envolve agenciamentos. Por outro lado, a dificuldade em encontrar sustentação empírica para a abstração “vítima” – mobilizada em ações que se apresentam como “protetoras” e “salvadoras” de pessoas – serviria para elucidar os limites deste constructo legal-normativo ante as especificidades e contradições tão características dos trânsitos internacionais dos trabalhadores do sexo.

ADRIANA – A categoria e sua mobilização remetem a instâncias de agência; concordo. Agora, unir a noção de vítima [ideal] com a trajetória da pessoa concreta, é difícil. A história de qualquer migrante que for trabalhar na indústria do sexo, particularmente migrantes irregulares, e sobretudo em países nos quais essa atividade não é despenalizada, mostrará diversos espaços de agência e também de transgressões. Diante de histórias concretas com seus detalhes, com sua complexidade, os agentes do Estado – e me refiro aqui particularmente ao Estado Espanhol e às minhas entrevistadas brasileiras – desqualificam a pessoa como “vítima do tráfico”, tornando-a migrante irregular que deve ser deportada. Eu já tinha clareza de que as análises das discrepâncias entre a noção de vítima e as trajetórias das pessoas concretas, que problematizam as noções de tráfico e as políticas para enfrentá-las, não têm efeito para rebater os

discursos sobre “tráfico de pessoas”. E, ao explorar também as [escassas] possibilidades que o uso da noção de vítima de tráfico de pessoas oferece, ficou mais claro, para mim, que esses discursos são criados em planos narrativos diferentes; esse é o problema. A noção de vítima produzida no âmbito desses discursos está eivada de normatividades e se torna uma questão de fé, que não é abalada por evidências empíricas.

Cristian – Adriana, você trabalha com uma categoria analítica muito interessante, a de interseccionalidade.

ADRIANA – Sim; trabalho com interseccionalidades. Para mim, foi uma categoria fundamental para poder pensar os meus campos tanto aqui, como na Europa; mas, é uma categoria que também está aberta à disputa. Fiz um levantamento, há alguns anos, para ver como estava sendo usada aqui no Brasil. E me deparei com a utilização dessa categoria em vários programas de governo. Ela foi sendo absorvida no âmbito das políticas públicas. Está presente, por exemplo, nos planos da Secretaria de política para as mulheres, seguindo, sobretudo, a linha de Kimberley Crenshaw. Essa autora é uma advogada, ativista. Ela é muito interessante, mas também problemática. Fez uma formulação que ofereceu ferramentas para os movimentos sociais: a imagem de uma mulher no cruzamento entre avenidas, atravessado por diversos fluxos de trânsito. E cada um desses fluxos representaria um eixo da subordinação a que a mulher está submetida. Por exemplo: para pensar em uma mulher negra, não bastaria pensar em uma sobreposição de determinações, e sim em entrecruzamentos entre raça, nacionalidade, casta, gênero, sexualidade. Numa leitura antropológica, essa ideia de diferenças como necessariamente eixos de subordinação é problemática. Uma diferenciação pode se tornar uma desigualdade, mas ela pode também abrir caminhos para afirmações positivas e a história nos mostra isso; inclusive, com os movimentos de reafirmação das identidades. Há uma série de autoras que também são feministas e pós-coloniais, e que fazem uso diferente, positivo e criativo, da categoria interseccionalidade. Avtar Brah e Anne Macklintock são autoras que, em diferentes momentos, nós publicamos nos cadernos PAGU. Elas realizam uma distinção entre diferença e desigualdade. Além disso, elas pensam nas formas de operação do poder de uma maneira um pouco diferente, considerando que as diferenciações podem limitar, sujeitar, mas também possibilitar margens de ação e de recriação de categorias. Um processo de “racialização” nem sempre será negativo, há “racializações” que podem

ser positivas. Avatar Brah mostra como categorias identitárias negativizadas podem ser apropriadas pelos movimentos sociais, transformando-se em algo positivo, mais igualitário. Anne Macklintock vai mostrando que na articulação entre categorias, estas se constroem mutuamente em relações altamente contraditórias. E nessas contradições se criam margens para a ação. Tais formulações contribuíram muito para pensar no que vi aqui no universo do “turismo sexual” em Fortaleza. De um lado, porque me ajudavam a pensar como nesse contexto era impossível separar as noções de gênero, raça e nacionalidade. De outro lado, contribuíram para que compreendesse como as mulheres de Fortaleza que se envolviam no turismo sexual tentavam – e, às vezes, conseguiam – dotar de um caráter positivo as intersecções entre diferenças que as afetavam. Não teria sido possível explicar as dinâmicas entre essas mulheres e os visitantes estrangeiros pensando puramente em termos de articulação entre eixos de subordinação, à maneira de Creenshaw.

A questão agora é perguntar-se como a noção de interseccionalidades pode contribuir para pensar as dinâmicas sociais e culturais no momento atual do Brasil, em termos migratórios. Digo isto porque essas formulações foram pensadas, em termos geopolíticos, tomando como referência um “terceiro mundo” subalternizado de maneira estável. Agora o Brasil “é BRICS” e países do Sul da Europa, como a Espanha estão sofrendo uma severa crise econômica. Os espanhóis jovens estão migrando para diferentes lugares, inclusive para o Brasil, que é um dos principais destinos para os jovens portugueses. Nesse contexto global, a “ideia sexualizada” do Brasil não desapareceu, mas se integra num leque mais diversificado de noções sobre o país. Por exemplo: a TV espanhola veiculou, em 2013, uma reportagem sobre os cursos de inglês oferecidos por uma Associação de trabalhadoras do sexo, para que as prostitutas de Belo Horizonte aprendessem inglês, para receber os clientes estrangeiros que viriam durante a Copa do Mundo. Isso provocou um forte impacto, reiterando a relação já existente entre mulheres brasileiras e prostituição. Paralelamente, as matérias que tratam do Brasil em jornais e TVs se alteraram: tratam de investimentos no Brasil, falam da redução das desigualdades ou sobre o crescimento econômico. Este é o marco no qual se situa algo novo, em termos de casamentos entre espanhóis e brasileiros(as). No passado, eram brasileiras e brasileiros que compravam casamentos com espanhóis para obterem visto para permanecer na Europa. Agora, são espanhóis e espanholas que compram casamentos pela *internet* com brasileiras e

brasileiros para terem residência no Brasil. E o mais interessante é que há também intercâmbios de casamentos, sem serem mediados por dinheiro, entre espanholas – das elites da Catalunha que procuram vistos para terem acesso a financiamentos do governo brasileiro – e músicos brasileiros que desejam permanecer na Espanha. E esta ideia de troca remete a uma certa equivalência. Então, a meu ver, uma questão em aberto é o alcance da noção de interseccionalidades, para se pensar no deslocamento das categorias de diferenciação que se articulam no âmbito da alteração dos posicionamentos geopolíticos das nacionalidades em jogo.

Cristian – Adriana, você mencionou, por exemplo, Brah, Anne Macklin-tock e Strathern como estudiosas/pesquisadoras que publicaram ou que passaram pelo PAGU. Queria que você falasse um pouco dessa rede de pesquisa internacional, articulada em torno do PAGU; ou seja, se é uma política do Núcleo convidar essas teóricas. Como é que você localiza a participação do PAGU dentro dessa rede de debate? E mais uma perguntinha: O PAGU é a revista sonhada pela juventude?

ADRIANA – [risos] na minha interpretação, o PAGU virou algo que é bem mais do que a revista dos sonhos da juventude. Isso tem a ver com o próprio PAGU, mas também com um movimento maravilhoso que o Brasil viveu. O PAGU está fazendo vinte anos de institucionalização; o PAGU e a revista. E estamos planejando um seminário de celebração. Não consigo me lembrar quantos anos tem o CLAM⁵... Em torno de dez anos, aproximadamente. Talvez um pouquinho mais. O PAGU vinha crescendo. Agora esse momento do nascimento do CLAM, quando recebe muito dinheiro para ativar os estudos sobre sexualidade no Brasil, considero um marco extraordinário. Porque de repente uma série de centros e núcleos de pesquisa no Brasil inteiro passam a intensificar suas conexões, e as redes se ampliam. Fui me dando conta disso, indo para seminários... Não só os pesquisadores, mas os alunos de pós foram se articulando em redes e se conhecendo. Tal processo aconteceu fora do eixo Rio-São Paulo, abrangendo praticamente o país inteiro. Isto tem relação com a inclusão das temáticas vinculadas a gênero e sexualidade nos grandes encontros (ABA, RAM, Fazendo Gênero, ANPOCS, etc.), e também com os encontros menores e direcionados para os estudos sobre sexualidade. Sobretudo, nesta primeira década do século XXI, se abrem caminhos para muitas articulações que também afetaram o PAGU, viabilizando uma intensa circulação de pessoas e de ideias.

Nesse contexto, os interesses de pesquisa das integrantes do PAGU e a própria dinâmica de disseminação de conhecimento que se materializa nos Cadernos estimularam as articulações com pesquisadores brasileiros e internacionais. Para mim, a qualidade dos Cadernos PAGU tem relação com nossa própria atividade de pesquisa e nossos esforços de criação de redes de pesquisa; mas ela não pode ser separada do momento florescente para os estudos sobre gênero e sexualidade no Brasil. Quando esse momento chegou, os Cadernos já eram uma publicação muito bem avaliada em termos do sistema *Qualis*, mas a extensão do impacto da produção do PAGU deve ser contextualizada. Em relação aos autores estrangeiros, os temos convidado a publicar ou a nos visitar, em função dos interesses e inquietações teóricas dos diferentes pesquisadores. Quando achamos que algo é fundamental para nós e para nossos alunos, e relevante para o campo de estudos, traduzimos e publicamos. Essas traduções têm valor, sobretudo, em termos didáticos. Muito do que traduzimos é material que já trabalhamos em sala de aula. Mariza traduziu muito para trabalhar com os alunos. *The Gender of the Gift*, por exemplo, foi traduzido para publicação por um tradutor extraordinário que é o André Villalobos, com revisão técnica de Mariza, mas vários capítulos já haviam sido traduzidos, por ela, para trabalhar em sala de aula porque se *The Gender of the Gift* é difícil em português, em inglês era muito mais difícil.

Jania – Talvez seja interessante abrirmos um parêntese para você comentar sobre como chegou a *The Gender of the Gift*. De certa forma, você apresenta o livro ao público brasileiro com aquela resenha em uma edição dos Cadernos Pagu, de 1994. Você já se interessava pelos trabalhos anteriores da Strathern ou pelas etnografias melanésias?

ADRIANA – Ouvi falar do *The Gender of the Gift* pela primeira vez, por uma excelente professora da Universidade de Brasília (UnB), já aposentada, antropóloga e feminista, Mireya Suárez. Ela fez comentários muito elogiosos sobre esse livro no final dos anos oitenta: “dá uma olhada porque quem estuda gênero hoje vai ter que conhecer esse trabalho”. Encomendei o livro e fui lendo, fui me maravilhando. Levei-o para o PAGU e o lemos durante várias sessões do grupo de estudos. Era difícil de ler; primeiro porque o pensamento e a escrita de Strathern são peculiares. Segundo, porque ela dialoga com uma tradição de pensamento feminista que não é tão difícil de apreender, mas a articula com uma tradição de estudos da melanésia que não conhecíamos. Isso tornava a leitura mais difícil.

Mas, naquele momento, participava do grupo Suely Kofes, uma antropóloga brilhante, com um grande conhecimento teórico, e ajudou muito a “destrinchar” o livro. A resenha saiu das discussões desse grupo, que continuaram depois com Mariza. Ela a convidou para vir à Unicamp e fez algo maravilhoso: organizou um curso exclusivamente sobre o livro. Mariza foi traduzindo cada capítulo, que trabalhou com um excelente grupo de alunos, entre eles, Daniel Simião, hoje professor na UnB e Heloísa Buarque, hoje professora na USP. Há uma bela fotografia da Mariza com essa turma de alunos. Nesse contexto, depois da visita, foi acertada a tradução do livro. Isto que contei é importante para exemplificar algo que considero importante, que é articular nosso debate com discussões que estão sendo levantadas em âmbito internacional. Há aí um contexto que não pode ser ignorado se queremos que nosso trabalho tenha impacto.

Cristian – Você está falando da internacionalização, tanto do ponto de vista da avaliação da ciência e tecnologia no País, como da produção intelectual, não é?

ADRIANA – Sim. Tudo isso; mas estou falando da importância de difundir o que fazemos aqui. Às vezes, fico chocada com a dificuldade de muitos pesquisadores em articular seus trabalhos com o debate de seu tema de pesquisa em um contexto mais amplo. Tenho falado muito sobre antropologia, porque sou antropóloga e é a disciplina que mais acompanho. A última reunião da ABA, que fizemos em São Paulo sob a gestão de Bela Bianco, foi um dos eventos mais extraordinários que vi na minha vida. Era assim: a PUC lotada, mesa redonda atrás de mesa redonda, uma melhor do que a outra, pessoas de primeiríssimo nível. Era impossível acompanhar tudo. E é uma produção que dificilmente será lida no exterior, principalmente porque ela não é publicada também em inglês. E se isso não é feito, não há reconhecimento no exterior. Assim, a meu ver, há dois aspectos importantes a considerar. Um, é disseminar a excelente produção brasileira fora. E isso é facilitado na articulação em redes de pesquisa. O outro ponto é fazer com que a produção aqui seja menos voltada para dentro e procurar discutir mais em uma perspectiva internacional. No âmbito da produção brasileira – talvez por ser tão grande, tão rica, tão peculiar –, às vezes, as pessoas tendem a priorizar a produção nacional. Valorizar essa produção é importante; mas, muitas vezes, não há um esforço equivalente de considerar o que está sendo discutido no âmbito internacional. Já me deparei com alunos que fizeram trabalhos

extraordinários e que enviam seus resumos para congresso no exterior e não são aceitos porque as questões colocadas estão dialogando apenas com o debate interno, e pouco ou nada com o debate internacional. Então é necessário fazer uma espécie de duplo esforço.

Jania – Essa demanda por internacionalização está sendo colocada, inclusive, com certa coercitividade, pelas nossas instituições de avaliação das pós-graduações e de fomento das pesquisas.

ADRIANA – Embora tenha falado em favor da internacionalização das questões colocadas em nossos trabalhos, não posso dizer que estou de acordo com os métodos de avaliação da produção entre nós. Às vezes, a avaliação é baseada em indicadores quantitativos, que nem sempre são muito significativos. A meu ver, o importante não é quantos textos você tenha publicado no ano, mas quanta novidade há ali. Seria muito melhor uma avaliação qualitativa, de acordo com a qual se valorizasse, por exemplo, o fato de uma pessoa produzir um único texto no ano, desde que fosse significativo para o conhecimento no campo de estudos. As avaliações atuais não possibilitam isso. A internacionalização a que me refiro diz respeito ao impacto na produção do conhecimento, à articulação de trabalhos fantásticos que são feitos no Brasil com questões que estão sendo debatidas no exterior. Isso requer diálogo e esforço. Nosso empenho em trazer convidados internacionais ao PAGU e em publicá-los nos Cadernos tem relação com isso. Não considero que tenhamos tido muito sucesso na difusão de nossa produção no exterior. Essa disseminação é um movimento mais vagaroso que tem relações, talvez, nem tanto com uma subalternização de nossa produção, mas com a combinação entre dificuldades para escrever em inglês e essa tendência a não considerar de maneira suficiente as discussões internacionais. Acredito tratar-se de algo que possa ser revertido a longo prazo. Tenho esperança de que os nossos trabalhos venham a marcar presença no mapa global da maneira que merecem.

Cristian – O que o PAGU projeta para os próximos vinte anos? Será possível falar de uma transição ou mudança geracional no Núcleo? Como você pensa isso?

ADRIANA – Se pensamos não apenas nos pesquisadores contratados e associados, mas na rede fantástica que temos de pós-doutorandos e

doutorandos, o PAGU tem muito fôlego. Temos pessoas extraordinárias, criativas; vejo os trabalhos dos alunos e dos “pós-docs”, os encontros que eles organizam, os debates são muito ricos. Mas, o futuro do PAGU vai depender muito – tal como ocorre em outros centros de outras universidades brasileiras – da possibilidade de efetivação de novas contratações, possibilitando a fixação de alguns desses jovens talentos, de maneira que possamos ampliar, com eles, as articulações com redes nacionais e internacionais de pesquisa.

Cristian – Em relação às novas gerações, que temas você acha que ganharão mais destaque nas pesquisas do PAGU?

ADRIANA – Entre os jovens, há muita pesquisa sobre sexualidade, sobre diversidade sexual e também há muito interesse nas articulações entre raça, gênero, geração, classe social e sexualidade, nos mais diversos recortes de pesquisa, como em migrações transnacionais e em áreas de fronteira. Agora começam a despontar outros interesses como a análise dos novos feminismos, por exemplo. Este é um tema significativo, se pensamos nas novas formas de articulação presentes nos últimos dois ou três anos, tanto no Brasil como no exterior, nas dinâmicas de mobilização política, na “marcha das vadias” e em outras ações que são mobilizadas via *internet*. As dinâmicas do cuidado, em escala transnacional, também têm chamado muito a atenção. A meu ver, essas são as linhas que se delineiam para o futuro. Há também interesse em outros temas, relacionados à questão dos sentimentos, dos afetos, em diferentes contextos e envolvendo diversas classes sociais e a articulação das emoções com as economias sexuais. São abordagens muito interessantes; considerando, sobretudo que, se olharmos para a produção sobre sexualidade no Brasil, nesses dez ou quinze anos, vemos que ela teve um foco intenso em práticas sexuais, e as dinâmicas do amor articuladas com sexualidade e classe social quase não foram analisadas. Temos alguns alunos se voltando para essas temáticas. Enfim, esse é o panorama que vislumbro e espero que haja mais concursos, e mais vagas para que o PAGU possa continuar expandindo seus trabalhos.

NOTAS

1 Constitui uma modalidade de projeto de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), envolvendo o projeto coletivo de um grupo de pesquisa e também pesquisas individuais dos seus integrantes, articuladas entre si e ao projeto geral.

2 Conjunto de leis elaboradas em 2004, em Palermo, adicionais às regulamentações decorrentes da Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade transnacional. Fonte: <http://www.compromissoeatitude.org.br/protocolo-de-palermo/>

3 Flávia Teixeira do Bonsucesso é autora da tese “Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade”, defendida em 2009, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNICAMP, orientada por Adriana Piscitelli.

4 Alterações pela L-01215-2009, Parte Especial, Título VI, Dos Crimes contra a Liberdade Sexual.

5 Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. “Criado em 2002, o Centro é um projeto do *Programa de estudos e pesquisas em gênero, sexualidade e saúde*, do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, instituição que há muitos anos desenvolve pesquisas em sexualidade, gênero e saúde. A iniciativa integra um projeto internacional que vincula centros congêneres implantados na Ásia, África e EUA”. Fonte: <http://www.clam.org.br>.